

HIGIENISMO, IMPRENSA E EDUCAÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE: O PAPEL DA MULHER E A PEDAGOGIZAÇÃO DOS HÁBITOS

*Charliton José dos Santos Machado¹
Larissa Meira de Vasconcelos²*

Resumo

Este artigo analisa os discursos pedagógicos voltados à conformação de hábitos e valores comportamentais presentes nos jornais da Parahyba do Norte, na Primeira República. Parte-se da premissa de que o fenômeno educacional não se limita à escola, mas se encontra difundido na sociedade. Logo, consideram-se como dotados de viés educativo, impressos que não se direcionam estritamente ao público escolar. Empreende-se, pois, uma reflexão histórica sobre a construção da mulher como pedagoga da nação. Para tal intento, dialoga-se com a Nova História, a qual propõe repensar os conceitos de leitura e de assimilação dos discursos construídos. Trata-se de problematizar as formas de ler e os modos de arquitetar uma Parahyba saudável e educada.

Palavras-chave: Gênero; Higienismo; Educação.

¹ **Charliton José dos Santos Machado** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
Email: charlitonlara@yahoo.com.br

² **Larissa Meira de Vasconcelos** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: meiravasconcelos@gmail.com

HYGIENISM, PRESS AND EDUCATION OF NORTH PARAHYBA: THE WOMAN'S PAPER AND PEDAGOGIZATION OF THE HABITS

Abstract

This article analyzes the pedagogical speeches focused on the resignation of habits and behavioral values present in the newspaper of North Parahyba, during the First Republic. It originates from the premise that the educational phenomenon is not limited to the school, but it is widespread in the society. Therefore, it is considered as endowed of educational bias, prints that are not targeted strictly to the academic audience. So, is undertaken a historical reflection about the making of the woman as educator of the nation. For this purpose, it dialogues with the New History, which proposes to rethink the concepts of reading and assimilation of the constructed discourses. It's about questioning the ways of reading and the ways of architecting a healthy and educated Parahyba.

Keywords: Gender; Hygienism; Education.

HIGIENISMO, IMPRENSA E EDUCAÇÃO NA PARAHYBA DO NORTE: O PAPEL DA MULHER E A PEDAGOGIZAÇÃO DOS HÁBITOS

Higienismo, imprensa e educação na parahyba do norte: o papel da mulher e a pedagogização dos hábitos

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante a Primeira República, a Parahyba, ao incorporar as aspirações de um projeto de nação civilizada em voga, voltou-se aos ideais de modernidade, dos quais a abolição da escravidão, a intensificação do movimento imigratório, o advento de um novo sistema político e o influxo da expansão urbana traduziram os desejos de progresso. Neste contexto, emerge um discurso publicizado na imprensa voltado à regeneração dos hábitos e à propagação da higiene, consolidando um saber pautado nas reformas morais e físicas propostas por profissionais médicos. Entrevia-se em um contingente populacional desnutrido e doente um entrave no interior das aspirações de uma sociedade vigorosa e que deveria voltar-se aos desafios do progresso. Portanto, fazia-se necessário, a partir dos preceitos sanitaristas³, normatizar os corpos, os hábitos cotidianos, as formas de morar, de se alimentar, de se vestir (MATOS, 2010). De acordo com Del Fiorentino (1979, p.85), nesse momento inicial da experiência republicana, dedica-se especial atenção à campanha higienista, considerada de suma importância para o desenvolvimento do país, uma vez que as doenças e os costumes anti-higiênicos

³ Ainda que existam estudos defendendo a tese de que o “movimento higienista” ou “sanitarista”, no Brasil, extrapola a periodização tradicional que lhe imputa o término entre os anos de 1930 e 1940, prosseguindo com suas tradições e ideais heterogêneos até o fim do século XX, e muito possivelmente, até hoje, no início do século XXI (GÓIS JÚNIOR, 2007), trabalhamos com a periodização tradicional encontrada em todas as referências bibliográficas citadas no decorrer do artigo.

eram considerados os principais responsáveis pela degeneração nacional. (DEL FIORENTINO, 1979).

Segundo Silva (2006), não se deve circunscrever a atuação dos médicos sanitaristas apenas em termos de “miasmas e drenagens”, pois a “sujeira moral” era igualmente responsável pela desorganização da sociedade e de seus habitantes, impedindo o progresso da civilização. “Em raciocínios como estes, privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros são associados numa mesma operação simbólica” (SILVA, 2006, p.101).

Diante de tal perspectiva, a educação aparece como uma ferramenta basilar, pois é por meio dela que os indivíduos aprendem a obedecer, incorporando novos padrões de higiene e comportamentos, contribuindo para uma sociedade mais dócil e saudável. De acordo com Silva (2005, p. 51),

[...] a ascensão de idéias científicas indicavam e estavam na base de um certo “entusiasmo educacional” que caracterizou o primeiro período republicano brasileiro. Neste momento, os ideais republicanos eram apresentados como uma nova perspectiva de organização da sociedade, organização essa, sustentada por um arcabouço liberal, que tornaria possível a entrada do Brasil nos cânones dos países modernos e civilizados, à imagem e semelhança das principais cidades europeias.

A educação foi, portanto, estrategicamente vinculada à medicina, à psicologia e à psiquiatria, transformando-se em um elixir para a ignorância. Por meio dela, era possível promover a regeneração física e moral do povo (DEL FIORENTINO, 1979). Todavia, ainda que a escola tenha se configurado em um espaço privilegiado de “adestramento” e “disciplinarização do comportamento infantil” (SILVA, 2011), não desempenhou esse papel sozinha. Por meio de pesquisa em jornais paraibanos, é possível caracterizar o espaço doméstico como aliado decisivo do pensamento higienista,

atrelando a mulher ao papel de pedagoga, por excelência, aquela que trabalharia em prol da edificação da cidade limpa e saneada; concepção esta, sustentada na ideia de que a “boa mãe” produziria bons cidadãos e que a limpeza e higiene do lar produziriam disciplina, boa moral e ausência de vícios. Para Del Fiorentino (1979, p. 53): “As tarefas educacionais não poderiam ser levadas a bom termo sem a participação da mulher, pois a ela competiam duas funções básicas: propagar a espécie e ser a primeira educadora dos filhos”.

2. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Antes de nos debruçarmos sobre os impressos paraibanos, é necessário tecer algumas considerações teórico-metodológicas adotadas como referências de análise no presente artigo. Nesse intuito, dialogamos com as ideias de Michel Foucault (1979) quando reflete sobre o poder ou sobre as relações de poder. Para esse autor, uma das principais precauções é considerar o poder não como um todo homogêneo ou privilégio de um grupo sobre o outro. Pelo contrário,

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1979, p.183).

Da mesma forma, Foucault não acredita em um núcleo central, do qual o poder parte até se prolongar às extremidades. Os mecanismos de dominação são polimorfos e infinitesimais, possuem uma história, um caminho, técnicas e estratégias próprias que podem ser colonizados, utilizados, subjugados, “transformados por mecanismos cada vez mais gerais e por

formas de dominação global. [Ou seja], *não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo.*” (FOUCAULT, 1979, p. 184, grifo nosso). Portanto, a análise deve ser “ascendente”, partindo-se do princípio de que o exercício de poder tem uma existência própria no nível mais elementar e cotidiano da sociedade.

Ao enfatizar essas precauções, não vislumbramos um poder médico-higienista que incide sobre as mulheres verticalmente. Trata-se de uma multiplicidade de interesses envolvidos. Segundo Bernardes; Almeida; Santos (s.d), “a visão historiográfica moderna, para a qual a mulher é vista como ativa e rebelde, contrapõe-se à visão historiográfica tradicional de submissão e obediência”, reduzindo o debate a uma bipolarização de imagens ou enfoques teóricos cartesianos. Ambas as correntes historiográficas trazem subsídios importantes para reflexão. No entanto, esta forma dicotômica de enxergar a História contribui, sobremaneira, para uma visão generalizante de uma versão particular de mulher. Faz-se necessário, pois, investigar em uma terceira via (BERNARDES; ALMEIDA; SANTOS, s.d.), o que significa considerar os conflitos, tensões e acordos destas particularidades, consentindo insurgir femininos múltiplos, cada vez mais complexos e plurais. Não se trata de considerar a construção da “maternidade científica⁴” (FREIRE, 2006) como imposição de um grupo (médico) sobre outro (mulheres), mas o fruto de uma atuação dinâmica entre vários interesses. É certo que o discurso médico-higienista ratificava a primazia da maternidade como destino, uma missão da mulher e a declaração mais alta de sua feminilidade. O instinto maternal era considerado intrínseco à natureza feminina e sua ausência configurava-se como um desvio da normalidade. Nesse sentido, analisando a medicalização na história brasileira, Priore (1997, p. 84) afirma que:

⁴ “Entende-se por maternidade científica o exercício materno fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e sob supervisão médica”. (FREIRE, 2006, p. 17)

A mulher “bem constituída”, no entender dos doutores, era exclusivamente a que se prestava à perpetuação da espécie, unvida por uma vocação biológica que fazia da madre uma forma na qual era organizada a hereditariedade.

No entanto, a denominada Primeira Onda⁵ do feminismo enxergou no apoio às proposições científicas da época um caminho oportuno para alterar o seu papel na sociedade. Ou seja,

A maternidade científica significou para as mulheres um reforço à sua condição de mãe, transformando a maternidade em profissão feminina, objeto de formação técnica específica. Como a prática da maternidade nesses novos moldes exigia inserção no universo científico, esse aspecto a aproximava do mundo masculino racional, deslocando-a da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo *status*. Deslocamento que mantinha certa tensão interna, pois atualizava, em substância, a função maternal, e, ao mesmo tempo, abria brechas para novos comportamentos femininos (FREIRE, 2006, p. 50).

É neste sentido que Soihet (2000) afirma que o movimento feminista valeu-se da *tática*, a fim de subverter, para seus próprios fins, uma representação imposta. Certeau

⁵ Como consequência de uma proposição metodológica, a história das lutas feministas costuma ser periodizada em três etapas principais: a primeira fase, datada do século XVIII ao início do século XX, consiste na luta pela participação política, na qual o direito ao sufrágio universal se destacou como principal tema. A “Segunda Onda”, pós-segunda guerra mundial, criticava a suposta harmonia espontânea dentro das relações familiares. Com o slogan “O pessoal é político”, questionava-se a dicotomia entre público e privado. Entendia-se que a equidade na esfera pública estava condicionada à equidade na esfera doméstica. A “Terceira Onda”, contextualizada em meados da década de 1980, e intitulada Pós-Feminismo, subverte o sentido de “Identidade Feminina”, desconstruindo-a, a fim de revelar as contingências e descontinuidades no processo de sua construção histórica.

(1994, p. 100) sugere que as *táticas* são ações calculadas por aquele que “não tem por lugar senão o do outro e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto, tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Embora existam críticas à atuação do movimento sufragista, associando-o a um “feminismo bem-comportado, católico, elegante, ‘feminino’” (MACEDO, 2003, p.100), reduzindo, dessa forma, a luta e direitos conquistados a uma concessão, quando assim interessou à classe dominante (ALVES, 1980), subscrevemos a posição de Costa (2006) quando afirma que os atos políticos do sufragismo não podem ser considerados domesticados, ainda que bem comportados.

Faz-se premente enfatizarmos uma última precaução metodológica encontrada em Foucault (1979) e oportuna ao presente artigo. Frequentemente, o poder é percebido como negativo, aquele que impede, nega, coíbe. Nessa perspectiva, as intervenções higienistas sobre os cidadãos se dariam, portanto, apenas de forma repressiva, coercitiva. Esta linha de raciocínio encontra respaldo no exercício da incipiente medicina social, assegurado “por um conjunto de regulamentos e de instituições múltiplas que recebem, no século XVIII, o nome genérico de ‘polícia’” (FOUCAULT, 1979, p. 197). Dessa forma, o surgimento da polícia, enquanto instituição de controle e repressão, não esteve associada apenas às questões criminais, mas também aos domínios de salubridade e gestão da higiene urbana. Configurava-se, pois, como um agente portador de um projeto civilizador. A institucionalização da violência era uma ferramenta legítima utilizada pelos agentes sanitários, cuja ação sustentava-se nos aparelhos policiais disponibilizados pelo Estado. Santos (2005, p. 66) assegura que

[...] no Brasil, a vocação da polícia em resolver problemas que não necessariamente diziam respeito à esfera da segurança pública encontra seus ecos na criação da primeira Guarda Real de Polícia, em 1809 no Rio de Janeiro. [...] não é de se estranhar que a polícia tivesse ligações tão estreitas com a

efetiva implementação de medidas sanitárias, sobretudo considerando que muitas vezes a população se mostrava refratária ao autoritarismo que envolvia projetos como a higienização do espaço público e a vacinação obrigatória. Portanto, enxergava-se na polícia a própria materialização do braço executor das políticas de Estado⁶.

Deve-se, entretanto, atentar para o aspecto *positivo* do poder, extraindo do termo qualquer juízo de valor moral para considerá-lo como uma “tecnologia” empregada com intuito de obter determinado objetivo (FOUCAULT, 1979). Ora, o poder também *produz* sujeitos, *fabrica* corpos dóceis, *induz* comportamentos. O indivíduo é, pois, *produtor* e *produto* de um saber-poder, visto que “para exercer-se nestes mecanismos sutis, o poder é obrigado a formar, organizar e por em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber” (FOUCAULT, 1979, p. 186). Por conseguinte, além da “polícia higiênica”, o século XVIII viu emergir um saber médico que prescrevia a uma população formulações gerais de como se comportar, alimentar-se, vestir-se, relacionar-se sexualmente.

3. RECORTES DE UMA PARAHYBA ASSEADA

Silva (2006) descreve com maestria o conflito entre e o novo e o velho no estado da Paraíba do Norte. Ao final da primeira década do século XX, o estado ainda resistia em assimilar as ideias de urbanidade e progresso. A higienização das cidades, estratégia do Estado Moderno, “esbarrava, frequentemente, nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levariam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do governo” (SILVA, 2006, p. 86). Campina Grande, por exemplo, um forte pólo econômico do estado, experimentava intensos indicadores de insalubridade: dejetos

⁶ Como exemplo de atuação intransigente do poder público para fazer valer as medidas sanitaristas, citamos a Revolta da Vacina (1904). Ver: SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina*. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

espalhados pelas ruas e porcos que andavam livremente pela cidade intensificavam os maus odores (SOARES JÚNIOR, 2011). Em 1907, no entanto, era inaugurada a estrada de ferro do município, permitindo a entrada de novos padrões de comportamento, da modernidade e, sobretudo, de um visitante indesejado: a peste bubônica⁷. Na capital da Parahyba, nos primeiros anos do século XX, segundo Farias (2010, p.116):

[...] as residências ainda não recebiam a conduta de postura urbana e eram construídas ao gosto e vontade do proprietário. A cidade enchia-se de becos e vielas onde se acumulavam monturos de lixos, animais mortos e detritos, o esgoto corria a céu aberto, no leito da rua crescia o capim e os sulcos provocados pelas águas pluviais.

Todavia, à medida que o Estado se desenvolvia, aumentava a demanda por uma política sanitária, sobretudo, após o registro de casos de varíola e gripe espanhola⁸, além dos alarmantes casos da peste bubônica. Diante desse contexto, cogitou-se implantar a educação higienista urgentemente. Neste cenário de transformações urbanas, é possível destacar os jornais como interessantes manuais pedagógicos para a população (SOARES JÚNIOR, 2011). Ressaltamos que, para analisar as fontes, dialogamos com a Nova História

⁷ “A *peste bubônica*, chamada simplesmente de peste, é uma doença pulmonar ou septicêmica, infectocontagiosa, provocada por *Bacillus pestis*, que é transmitido ao homem pela pulga do rato. A pandemia mais conhecida da doença ocorreu no fim da Idade Média, ficando conhecida como Peste Negra, quando dizimou grande parte da população europeia. Os infectados com a doença apresentam febre alta, delírio, dores pelo corpo e finalmente, os bubões”. Ver: LE GOFF, Jaques. *As doenças tem história*. Tradução de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

⁸ Entre 1912 e 1924, uma série de epidemias amedrontaram a população paraibana: a peste bubônica em 1912; a varíola em 1913, 1917, 1921 e 1924; e a gripe espanhola em 1918. Ver: Soares Junior, 2011.

Cultural, a qual propõe repensar os conceitos de leitura e de assimilação dos discursos construídos (OLIVEIRA, 2012). Trata-se, pois, de problematizar as formas de ler e os modos de arquitetar uma Paraíba saudável e educada. Os periódicos já foram considerados fontes suspeitas, sem credibilidade, por possuírem caráter passional e tendencioso. No entanto, conforme assegura Vieira (2007, p. 16),

[...] a tendenciosidade do veículo, evidentemente, não justifica a recusa dessa como fonte de pesquisa, uma vez que não partilhamos da crença de que existem documentos fidedignos, capazes de expressar objetivamente a realidade. Consideramos como ponto de partida que os documentos, as fontes, os vestígios do passado expressam pontos de vista daqueles que o produziram e/ou preservaram.

Os jornais apresentam-se, portanto, como um rico e fascinante universo simbólico (LUCA, 2006), por meio dos quais é possível desvendar determinadas facetas socioculturais, fornecendo, desta forma, elementos para a construção da história da educação. Tendo em vista que o fenômeno educacional não se limita à escola, mas se encontra difundido na sociedade, consideramos como dotados de um viés educativo impressos que não se direcionam estritamente ao público escolar ou que abordem matérias relativas ao campo da educação especificamente. De uma forma geral, os periódicos, tal como os estabelecimentos educacionais, contribuem para a modelação de sujeitos. Assim sendo, além dos dispositivos situados na transmissão de conhecimentos formais, destacamos o jornal como ferramenta à conformação de hábitos e valores comportamentais. Não obstante os periódicos serem destinados a um grupo minoritário de paraibanos – indivíduos letrados que tiveram acesso à instrução em escolas ou no interior das casas, como acontecia com muitas mulheres – isso não significa que o conteúdo dos jornais ficava circunscrito a pouquíssimas pessoas. Segundo Conceição, (2001, p. 16),

Por se caracterizarem como periódicos de produção diária, ao serem descartados para outros usos, como para embrulhar objetos, passavam pelas mãos de diversas pessoas, despertando interesse e sendo lidos de diversas maneiras: pelas imagens, pelos comentários de um leitor ou pela leitura em voz alta de um conhecido ou membro da família alfabetizado. Assim, os textos podiam ser aprendidos, compreendidos e manipulados de acordo com as situações de leitura, as aptidões e expectativas dos leitores.

Por conseguinte, as páginas dos jornais são entendidas como documentos que dão suporte e sentido às práticas sociais e que, por sua vez, contribuem no combate à difusão das doenças e de seus agentes e parasitas, como insetos, baratas, ratos e pulgas. Atenemos para as figuras abaixo:



- 1) Informe Publicitário do Inseticida Flit. Fonte: A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 7, n. 103, ano XXVII, mai. 1919.



- 2) Informe Publicitário do inseticida Flit. A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 7, n. 104, ano XXVII, mai. 1919.

Trata-se de dois informes publicitários de um mesmo produto, o inseticida Flit, acompanhados do pequeno texto transcrito abaixo:

Sabe-se hoje que os insetos são os maiores transmissores de moléstias. Elles se criam no monturo e dahi invadem os lares, transportando os germens de doenças muitas vezes mortaes. Mate-os antes que elles o matem. Pulverize Flit. Flit mata moscas, mosquitos, pulgas, formigas, traças, ratos, percevejos, baratas e seus ovos. É fatal aos insetos, mas inoffensivo ao gênero humano. De uso fácil. Não mancha. Não confunda o Flit com outros inseticidas ⁹.

A partir desses dois recortes, é possível perceber que a divulgação das informações visava prevenir o contágio da doença. Os informes publicitários além de objetivarem a venda de mercadorias, educavam e informavam, pois, através do seu caráter repetitivo, permitiam maior facilidade de memorizar a mensagem (MATOS, 2010). Por se tratar de enfermidades contagiosas, os primeiros cuidados eram destinados ao corpo que deveria ser protegido e resguardado de todo contato com

⁹ Optamos por manter a escrita original dos textos.

lugares e objetos suspeitos de infecção. Por meio do asseio doméstico, combater-se-ia diretamente a propagação da moléstia e de seus agentes como os insetos, parasitas, pulgas e os ratos. Mas, conforme assevera Soares Júnior (2012), a emergência de um saber médico-higienista normalizante não era acompanhada pela quantidade de médicos disponíveis. Embora, as etapas profiláticas devessem ser vigiadas por profissionais,

[...] a quantidade de médicos que existia na capital paraibana ainda era insuficiente para a população da época. Durante a década de 1920, João Pessoa dispunha de aproximadamente trinta profissionais que se dividiam nas funções de dirigir, clinicar e operar nos hospitais, controlar o saneamento e higiene do porto e da cidade, medicar nas casas e curar os corpos (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 10).

Como ainda era reduzido o número de médicos sanitaristas, e os que existiam estavam centralizados na capital, deixando as repartições de higiene das outras cidades em estado de abandono¹⁰, compreende-se a importância atribuída à mulher como pedagoga do lar, aquela que recebeu a função política de educar os filhos e conservar a família sobre parâmetros higienistas (OLIVEIRA, 2002). A “salvação do povo” era mais do que um dever do Estado, era um dever da mulher. Durante a primeira república, as tarefas domésticas cotidianas de cozinhar, lavar, limpar e passar eram atribuídas apenas às mulheres. Portanto, no discurso médico-sanitarista, a nova mulher, colonizada pela higiene, estava apta a assumir o destino da família, a unidade mais elementar da pátria, e transformar os filhos em heróicos cidadãos. Neste período, intensificou-se, no Brasil, uma literatura sobre a puericultura

¹⁰ Segundo Soares Júnior (2011), a atuação do Serviço Público de Higiene do Estado da Paraíba era ineficiente, fazendo-se presente apenas por meio de discursos, nas edições dos jornais, lançando informes com medidas possíveis de evitar a proliferação da doença.

e, conforme os excertos relacionados abaixo, a saúde das crianças é cada vez mais alvo de controle:

Para as mães: febre de sede

Ha muito vem se observando que a febre na infância é muito freqüente mormente no lactente, cuja causa é sempre a pouca resistência orgânica contra as infecções, por mais banaes que sejam. O que as mães devem evitar de um modo assas enérgico, é no que diz respeito a febre de sede. Quando o lactente se apresentar febril, cuja causa seja desconhecida, procure sempre saber se o mesmo tem ingerido liquido sufficiente para hydratar os tecidos. As dessordens provocadas pela sede são: perda de peso, agitação, febre, pallidez, pyuria por deshydratação, albuminuria, convulsões etc. O liquido mais aconselhável para o lactente é o sôro de Ringer, não só pelo seu sabor agradável, quando adoçado com sacharina, como pela sua atuação therapeutica. Seu fabrico é muito fácil, podendo mesmo ser confeccionado na própria casa de família sem nenhum inconveniente. Esse líquido, assim preparado, poderá ser mesmo dado em mamadeiras e servir muito bem para uma dieta hydrica no caso de perturbações gastro-intestinais. Na falta do sôro de Ringer, poderá substitui-lo o soro de leite, que gosa da mesma acção alimentar e acção terapêutica mais ou menos idêntica. Em caso de emergência, é a mucilagem de arroz indicada do mesmo modo, comtanto que saiba prepara-la de fórmula a não prejudicar o estado de nutrição do paciente.

Dr. João Soares

3) A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 3, n. 205, ano XXXVIII, ago. 1931

Para as mães: alimentação artificial

Nem toda mãe de família conhece o perigo a que expõe o seu filhinho, quando de tenra idade alimenta-o de leite de vacca ou outro qualquer que não seja o leite materno. Na maior parte, o perigo não está no alimento e sim na quantidade e modo de emprega-lo. Quando não for possível amamentar ao recém-nascido, que pelo menos faça uma alimentação mista.

Dr. João Soares

4) A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 3, n. 143, ano XXXVIII, jul. 1931

Para as mães: Acabemos com os apertos de mãos

É fóra de dúvida que tem toda razão os sanitaristas condemnando o clássico “beijo”, como cerimonioso “aperto de mão”. E não somente estas, como muitas outras práticas encontradas francamente em os nossos costume, e quase todas factoras do mal. É preciso fazer-se bem conhecido o valor do contagio directo, ou seja, de individuo a individuo, da transmissão de innúmeras doenças, para não se contestar o perigo a que estamos expostos com as pragmáticas da nossa tão apregoada civilização. Tão perigoso é “beijo” como o “aperto de mão”, como portadores de infecções! A higiene ahi está para cabalmente demonstrá-lo. E quantas moléstias são contrahidas sem disto nos apercebermos, com um simples beijo – mais perigoso do que o beijo de Judas – e com um attencioso e cortez aperto de mão?! Não nos esqueçamos que a “saúde é a primeira condição de felicidade.” A Higiene evita o mal. Para evitar o perigo é preciso conhece-lo. Conhecer o mal é saber-lhe as causas e os efeitos, ou por experiência própria, ou por observação do alheio.

Dr. Flávio Marojá

Estes diferentes trechos citados acima são excertos de uma coluna semanal intitulada “Para as Mães” que, por sua vez, era assinada por médicos e possuía lugar privilegiado nas páginas do Jornal A União, órgão impresso oficial do Estado da Paraíba. Conforme atesta Freire (2006, p. 13), diferentemente da pediatria, que tem por objetivo intervir apenas sobre o corpo doente da criança, a puericultura é um ramo da medicina que “propõe transformar, crenças, valores, costumes e atitudes”. Trata-se, portanto, de uma transformação de ordem cultural. Nesse ambiente, saturado pelo higienismo, costumes ou hábitos até então considerados inofensivos são redefinidos em novas bases científicas. Os atos de civilidade e carinho - “apertar as mãos” ou “beijar” - são reconfigurados como vilões, portadores de moléstias. Cabia às mães, pois, serem vigilantes e sempre diligentes no dever de educar seus filhos.

No entanto, foi no campo da alimentação infantil que se tornou mais concreta a parceria entre mulheres e médicos (FREIRE, 2006). Estes, ancorados na legitimidade do saber médico, possuíam espaço privilegiado nos jornais para divulgar as propostas de alimentação racional. Conforme ressalta Freire (2006), a aspiração de um projeto civilizador para a incipiente República rejeitava os costumes identificados com o passado vergonhoso e obsoleto. O repúdio às tradições refletiu na negação de uma personagem muito comum em um passado escravagista recente: as amas-de-leite. A imagem da mulher construída na “República ideal” é aquela que, além de gerar filhos saudáveis, acompanha atenciosamente o desenvolvimento destes, amamentando-os com o fim de contribuir decisivamente para a evolução física, moral e intelectual dos futuros cidadãos. Ora, as amas-de-leite, escravas recém-libertas, quando não continuavam trabalhando na casa senhorial, abrigavam-se em cortiços, convertendo-se em focos de contágio físico e moral. Segundo Freire (2006, p. 48),

Tal conexão entre o contágio e os cortiços – os pobres e os criados – levaria à necessidade de reformulação dos critérios de ordem e controle, alçados a uma dimensão pública, exigindo intervenção governamental. Assim, uma das respostas da Higiene ao “fantasma” da doença seria a condenação às amas-pretas, na tentativa de recondução das mulheres à prática da amamentação. Esses esforços se concretizariam através da redefinição da maternidade em bases científicas, conferindo-lhe valorização inédita – o que ia ao encontro de interesses de mulheres das classes média e alta urbanas e dos anseios republicanos de superação dos traços remanescentes da cultura colonial¹¹.

É preciso ressaltar que neste contexto, ao perceber o potencial das novas demandas, os informes publicitários, presentes nos jornais paraibanos, intensificaram o discurso médico-científico. Com o intuito de vender produtos, apelavam para o papel da mãe zelosa, ciente de suas responsabilidades na proteção de seus filhos, assentando, dessa forma, o mercado de produtos variados destinados à nutrição infantil, oferecidos como uma opção saudável para a mulher que, por algum motivo, não conseguisse amamentar.

¹¹ “A maternidade científica – na sua dimensão relacionada ao aleitamento materno – possivelmente permaneceu mais como um discurso do que como prática efetiva na sociedade brasileira urbana dos primeiros anos da República, quando as amas-pretas desfrutavam de posição privilegiada no ambiente familiar, dando lugar posteriormente às “amas secas”, embriões das babás até ainda hoje presentes nas famílias das classes mais elevadas” (FREIRE, 2006, p. 49).



- 6) Informe Publicitário de Emulsão Scott. Fonte: A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 6, n. 186, ano XXXVII, jul. 1930.

O conteúdo dos textos veiculados no jornal A União, citados acima, bem como a discussão empreendida por Freire (2006) remetem-nos a análise feita por Viviani (2007) sobre “O livro das mães”¹², dos autores Almeida Jr. e Mário Mursa, obra que alcançou grande êxito editorial ente as décadas de 1920 e 1930, no Brasil. Segundo Viviani, essa foi uma das primeiras produções em terras brasileiras que se dedicavam, exclusivamente, a discutir puericultura. Entre outros aspectos analisados da obra, sobre os quais não nos cabe detalhar neste texto, ressaltamos a afirmação da referida pesquisadora quando destaca que o livro em foco apresenta uma relação de tarefas a serem desempenhadas pelas mães com o objetivo de promover o “bom desenvolvimento da criança na primeira infância” (VIVIANI, 2007, p.182). No

¹² A primeira edição, intitulada Noções de Puericultura – para as mães e para as escolas, é de 1927, publicada pelo Instituto D. Anna Rosa; a 2ª e a 3ª são, respectivamente, de 1933 e 1938, publicadas pela Editora Nacional, e como toda publicação dessa editora apresentava-se como subsidiária do “progresso do Estado e do País, promovendo a educação dos leitores e tornando disponível a eles a cultura dita universal, ou seja, aquela corrente nos países considerados desenvolvidos (VIVIANI, 2007, p.172)

rol das funções maternas incluíam-se: “[...] alimentação, o asseio da criança e de seu ambiente, o acompanhamento de seu crescimento e desenvolvimento físico e psíquico, na saúde e na doença, e ainda a educação, e disciplina do lactente [...]”. Outros aspectos apontados pela autora como merecedores de atenção na análise da obra dirigida às mães, e que consideramos pertinentes aproximá-los de nosso estudo, referem-se a considerar as prescrições referentes aos deveres das mães que se coadunam com os atributos “naturalmente” desejados e os espaços sociais reservados às mulheres, considerando-se também seu pertencimento a uma classe social detentora de condições sociais de acesso a livros e jornais, brancas, escolarizadas e com poder de compra, afinando-se com um dos perfis de feminilidade e maternidade em circulação nas décadas iniciais do século XX.¹³ Arrematando esse diálogo com Viviani (2007), transcrevemos um trecho em que a autora destaca que as obras produzidas à época em questão eram oriundas de um grupo de “liberais reformadores, envolvidos em um bem sucedido projeto de formação da identidade cultural do país.” Por essa perspectiva, e concordando-se com o pensamento de Scott de que “gênero é um campo por meio do qual o poder é articulado”, Viviani (2007, p. 173) procurou “elucidar os caminhos pelos quais esse grupo atuou no campo das relações de gênero para construir e legitimar sua posição privilegiada”.

Todavia, não se trata de apresentar uma hegemonia do saber-médico incidindo verticalmente sobre mulheres inertes. Pelo contrário, de acordo com Freire (2006), os arranjos históricos não podem ser estudados apenas como uma imposição unilateral, mas compreendidos como fruto de uma atuação dinâmica entre múltiplos interesses sociais. Embora a maternidade científica reforçasse uma suposta essência feminina, ratificando o papel da mãe como “Rainha do Lar”, grupos feministas organizados, como por

¹³ Viviani (2007, p. 173) refere-se especificamente à década de 1930; consideramos pertinente estender a outras décadas da primeira metade do século XX.

exemplo, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino¹⁴, enxergava na adesão aos preceitos científicos um caminho conveniente na tentativa de alcançar uma transformação no seu lugar na sociedade, sobretudo, um caminho pertinente para fortalecer uma das principais reivindicações da época: a educação igualitária, entendida como um passaporte para diminuir as desigualdades políticas entre os gêneros. Trata-se de uma *tática* ou *astúcia* “pela qual, ao reforçarem as diferenças de gênero, as mulheres buscavam, justamente, alcançar a equidade; extraíam de sua aparente fraqueza, a sua força” (FREIRE, 2006, p. 312). De fato, a partir dos anos de 1930¹⁵, as mulheres conquistaram o direito ao voto. Este acontecimento, por sua vez, não traria apenas um novo papel a ser exercido pelas mulheres, de eleitora ou elegível, mas a possibilidade de uma nova existência, não mais vinculada, apenas, ao mundo privado. Conforme descreve Oliveira (2002), a emancipação feminina era considerada insalubre ao corpo saudável da Pátria. As imagens das mulheres que fugiam dos padrões considerados normais – mãe, esposa, dona-de-casa – eram eminentemente atreladas ao caos, à negatividade, à destruição do mundo. Negar a maternidade era, sobretudo, negar a natureza. Portanto, é compreensível o tom moderado das feministas, no qual, malgrado reproduzissem o discurso da maternidade como uma unidade moral do lar, recuperavam a imagem da mulher enquanto um sujeito ativo.

¹⁴ Presidida pela Dra. Lilia Guedes, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF), fundada em fevereiro de 1933, reuniu um elenco significativo de educadoras, médicas e advogadas (Olivina Carneiro da Cunha, Analice Caldas, Albertina Correia Lima, Alice Azevedo Monteiro, Francisca Ascensão Cunha, Juanita Machado) e refletiu o engajamento de parte das mulheres paraibanas elitizadas na luta pelos direitos políticos. Ver mais em: FRAGOSO, 2011.

¹⁵ Por meio do decreto 21.076, de 1932, o sufrágio universal foi estabelecido, incorporando-se, posteriormente, à Constituição de 1934.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pudemos compreender de que modo o pensamento higienista, na Parahyba da Primeira República, conferiu à mulher o papel de pedagoga da pátria, aquela que trabalharia em prol da edificação da cidade limpa e saneada, um discurso médico sustentado por meio da ideia de que a limpeza e higiene domésticas produziriam disciplina, boa moral e ausência de vícios. Educar, neste contexto, não poderia ser caracterizado apenas como sinônimo de instrução, na medida em que também era zelar pelo íntimo do outro, era evitar e, quando necessário, corrigir desvios não apenas físicos, mas morais encontrados na criança; era imprimir disciplina no indivíduo, boas maneiras de se comportar, de sentir, de cuidar de si.

No momento histórico em que a construção de uma nacionalidade adquiria papel central, a emergência da puericultura e da consolidação da maternidade científica forneceu ânimo argumentativo tanto para os médicos quanto para o movimento feminista. Numa análise historiográfica que foge da oposição binária submissão/opressão e com intuito de não reduzir o debate a uma bipolarização de imagens ou enfoques teóricos cartesianos, acreditamos que tanto os profissionais dedicados à higiene infantil enxergavam na valorização da maternidade um caminho para obterem reconhecimento e prestígio, quanto, para as mulheres, tal perspectiva representava uma maneira de extrapolar o espaço doméstico e melhorar sua posição social. Essas reflexões, evidentemente, não se fecham neste artigo. Pelo contrário, lançam provocações, demandam outros olhares, pretendem, enfim, trazer à tona questionamentos para que estes possam ser ampliados, revistos, problematizados e entrecruzados com outras fontes.

REFERÊNCIAS

FONTES

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 7, n. 103, ano XXVII, mai. 1919

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 7, n. 104, ano XXVII, mai. 1919

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 3, n. 205, ano XXXVIII, ago. 1931

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 3, n. 143, ano XXXVIII, jul. 1931

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 3, n. 298, ano XXXVIII, out. 1931

A UNIÃO, Parahyba do Norte, p. 6, n. 186, ano XXXVII, jul. 1930

Arquivo consultado: Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte da Fundação Espaço Cultural (FUNESC/PB)

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CONCEIÇÃO, Sarasvati Yakchini Zridevi. **Educando mulheres, vendendo saúde: propaganda e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920.** 2001. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

COSTA, Suely Gomes. **Um estimulante encontro com Michel De Certeau: o feminismo tático de Bertha Lutz.** Cadernos Pagu, Nº 27, Campinas: 2006.

DEL FIORENTINO, Terezinha Aparecida. **Utopia e realidade: o Brasil no começo do século XX**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FARIAS, Arion. **História da Paraíba e sua capital**. João Pessoa: Editora Imprell, 2010.

FRAGOSO, Verônica de Souza. **Associação Paraibana pelo Progresso Feminino: as contribuições educacionais para a mulher paraibana (1933 a 1939)**. 2011. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. 2006. 333f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2006.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. **Movimenro Higienista e o Processo civilizador: apontamentos metodológicos**. **X Simpósio Internacional Processo Civilizador**. Anais do... 1,2,3,4 de abril de 2007, Campinas, SP, ISBN 978-85-99688-02-1.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MACEDO, E. D. V. **Uma luta justa... e elegante: os feminismos conflitantes de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura na década de 1920**. In: **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**. Niterói: EdUFF, v. 3, n. 2, 2003.

MACHADO, C. J.S; NUNES, M.L.S. **O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino**

(APPF) – 1930. In. _____; _____. (Orgs.) **Gênero & Sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, p. 193-207, 2007.

MACHADO, C. J. S. ; NUNES, M. L. S. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino e sua contribuição à educação da mulher paraibana. In: **AFIRSE - IV Colóquio Nacional** - Epistemologia das Ciências da Educação, 2007, Natal/RN. Anais do ... Natal/RN: Editora da UFRN, 2007.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 1920 e 1930)**. 2002. 348f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

PRIORE, Mary Del. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. In: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SILVA, Paloma Porto. Higiene Escolar, higiene da república: inspeção médica, ciência e infância (são Paulo, 1917). In: **Mnemosine Revista** (Dossiê República), vol. 2, n. 1, pp. 53-74. ISSN: 2237-3217, jan/jun 2011.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. A Bárbara invasão dos ratos: peste bubônica em Campina Grande (1912). In: **Revista Veredas da História**. Ano. IV, ed. 1, ISSN 1982-4238, 2011.

SILVA, Camilo Barbosa da. **Entre o bem e o mal: Discursos de moralidades na Imprensa Campinense (1909-1939)**. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade) – Programa Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº15, Set./ Out./ Nov./ Dez. 2000.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para pesquisa em História da Educação: um estudo da relação, entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. (Org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 11- 40, 2007.

VIVIANI, Luciana Maria. **A biologia necessária: formação de professoras e escola normal**. Belo Horizonte, MG: Argymentvm; São Paulo: FAPESP, 2007.

Recursos eletrônicos

BERNARDES, Elizabeth Lannes; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima Souza. **Subordinação e rebeldia: o papel da mulher na família nuclear moderna**. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev11/elizabet.html>>. Acesso em: 03/05/2013.

GONDRA, José Gonçalves. Homo Hynienicus: educação, higiene e reinvenção do homem. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril de 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03/05/2013.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Sorria: mulher, publicidade e dentes. In: **IX Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, diversidades e deslocamentos**. Anais... Florianópolis, 2010. Disponível em:< http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278004976_ARQUIVO_MariaIzilda.pdf>. Acesso em: 02/05/2013.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Práticas educativas e sensibilidades médico-pedagógicas: a educação da saúde bucal e das expressões faciais (Paraíba, 1919-1945). In: **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil**. Anais... João Pessoa, 2012.

Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.34.pdf>. Acesso em: 03/05/2013. ISBN: 978-85-7745-551-5

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criminalizando a pobreza: implicações entre ação policial e políticas médico-sanitárias em São Paulo (1890-1920). In: **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 07, n. 17, ago./set. de 2005, pp. 62-79. ISSN: 1518-3394. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 03/05/2013.

SILVA, Márcia Regina Barros da. Saúde e instrução em São Paulo na primeira república: projetos de modernização. In: **Mneme – Revista de Humanidades**, v. 07, n. 17, ago./set. de 2005, pp. 49-61. Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 03/05/2013. ISSN: 1518-3394.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Santuário da Saúde: corpo e educação physica na Paraíba no início do século XX. In: **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 09, ano IX, n. 3, set./out./nov./dez. de 2012, pp. 1-16. Disponível em < www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 03/05/2013. ISSN: 1807-6971.

Data de recebimento: agosto de 2014

Data de aceite: junho de 2015